

NEOLIBERALISMO E VIDAS PRECÁRIAS: RESISTÊNCIAS FRENTE À “NOVA RAZÃO DO MUNDO”¹

Cássia Zimmermann Fiedler²

RESUMO: O presente trabalho propõe-se, primeiramente, a realizar uma sucinta descrição da história das técnicas e dispositivos de poder, objetivando, assim, uma ligeira aproximação com a temática concernente à “biopolítica”. Posteriormente, será explicitado o chamado neoliberalismo e a governamentalidade que o circunda, dessa forma, iluminar-se-á seus sedimentos na medida em que a descrição analisa o neoliberalismo enquanto uma específica tecnologia biopolítica de poder. Em suma, observar-se-á um novíssimo momento caracterizado, fundamentalmente, pela globalização e financeirização. Em seguida, buscar-se-á descrever a dinâmica existente entre a chamada “condição precária” e a “precariedade”, ambos conceitos trabalhados por Judith Butler. Será expressa a possibilidade do surgimento de alianças precárias, constituídas por potência de transformação, que possibilitam, dessa maneira, a concretização de movimentos que fazem frente às violências biopolíticas. Por fim, explicitar-se-á o chamado “ciclo global de lutas”, que surge em meados de 2011, fruto das adversidades causadas pelo novíssimo modo de governo neoliberal. Deste modo, trata-se de descrever, de forma mais vertical, o surgimento de alianças ao redor do globo que transparecem como rompantes que fazem frente ao sistema de gestão de vidas que pauta-se por valores de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais; Precariedade; Ciclo Global de Lutas; Governamentalidade.

¹ Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, aprovado com grau máximo e indicação à publicação pela Banca Examinadora, composta pelo Professor Augusto Jobim do Amaral (Orientador), Professor Gustavo Oliveira de Lima Pereira e Professora Fernanda Corrêa Osório, em 26 de junho de 2019.

² Acadêmica dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais e Filosofia da PUCRS. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa “Criminologia, Cultura Punitiva e Crítica Filosófica” (PUCRS). Bolsista CNPq/PIBIC do projeto “Poder Punitivo e Criminalização de Movimentos Sociais: o caso das Jornadas de Junho de 2013 em Porto Alegre”. E-mail: cassiazfiedler@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

É na história das lutas e dos dispositivos de poder que perpetua-se uma dinâmica instável, através da qual é possível observar os mais diversos aspectos constituintes das transformações políticas e sociais que eclodem de forma incessante ao redor do planeta. Dessa forma, poderíamos apontar, com certa margem de acerto, que é através da desintegração das conquistas dos chamados Estados de bem-estar, transversalmente interligada ao surgimento de uma crise financeira que afeta de forma diferencial até as mais intrínsecas regiões do globo, que solidifica-se o cenário no qual foram forjadas as bases que possibilitaram o surgimento de uma série de insurreições, constituindo, assim, o chamado ciclo global de lutas, que faz, de maneira novíssima, frente às levianas crenças de que as transformações sociais revolucionárias teriam sido dilaceradas, em grande parte, pelo horizonte onde as democracias liberais entrelaçam-se com as diversas técnicas e mecanismos de controle que, constantemente, compactam formas de vidas.

Primeiramente, o trabalho propõe-se a expressar o processo de constituição das novas tendências que transparecem como hegemônicas no atual estágio do capitalismo. Para tanto, buscar-se-á realizar uma breve descrição da história das técnicas e dispositivos de poder, objetivando, assim, adentrar ao tópico “biopolítica”. Posteriormente, nesse primeiro momento, na medida em que é interligado à biopolítica, será explicitado o chamado neoliberalismo e suas implicações, assim, expressar-se-ão seus fundamentos através da descrição de uma lógica normativa global, a qual se entranha nos mais diversificados níveis de existência, possibilitando, a partir dessa premissa, a iluminação dos sedimentos que constituem o novo momento no qual o mundo exhibe-se como globalizado e financeirizado. Em síntese, expressar-se-á uma fase onde a produção de formas de vida se dá através de um sistema de gestão, isto é, apresentar-se-á uma corporeidade específica que é definida ao mesmo tempo em que uma original racionalidade, constituída por valores de mercado, é consolidada.

Em seguida, principalmente, através do pensamento da filósofa Judith Butler, o trabalho busca, como o próprio título já pronuncia, interligar o

surgimento das descritas “vidas precárias” com a instituição do novo modo de governo neoliberal. A partir dessa ideia, além de expressar as “vidas não dignas” como produto inevitável de diversas políticas neoliberais implantadas nos últimos tempos, ou seja, além de descrever tais existências como fruto de uma condição precária induzida socialmente, descrever-se-á uma instância de precariedade que constitui essencialmente os sujeitos e é apresentada enquanto elemento primordial para a constituição de alianças que fazem frente aos dispositivos de controle. Dessa forma, nessa etapa do trabalho, buscar-se-á concretizar o estabelecimento de uma relação entre a precaridade e precariedade que, ao consolidar-se, possibilita cisões, dessa maneira, permitindo o surgimento de novas formas de lutas e resistências que recusam o estilo de vida forçoso.

Por último, após explicitar os sustentáculos do sistema de regulamentação - o neoliberalismo - assim como demonstrar as possibilidades de alianças precárias que emergem em um contexto no qual os sujeitos constituídos por precariedade, encontram-se em um ambiente no qual a indução da precariedade neoliberal é um fato, realizar-se-á uma sintética exposição do chamado ciclo global de lutas que, em meados de 2011, surge e expressa uma congregação de resistências, revelando uma insatisfação generalizada, fruto das diversas adversidades que o novo modo de governo produz, nas mais diversas partes do sistema. Dessa maneira, o objetivo final é demonstrar a forma através da qual a inquietação exacerbada, produto da vulnerabilidade induzida no contexto neoliberal, incitou o surgimento do ciclo global de lutas, ou seja, produziu a possibilidade da emersão de formas transnacionais de alianças, que concretizaram-se, em última instância, através da indicada precariedade.

2. O NEOLIBERALISMO COMO TECNOLOGIA BIOPOLÍTICA

Poderíamos, de antemão, sublinhar que um dos principais fenômenos do século XIX foi a captura da vida pelo poder, ou seja, a assunção do poder sobre o homem enquanto ser vivo. Basicamente, tratamos de determinadas inclinações que conduzem à uma estatização do biológico. Para a compreensão da forma através da qual tal cenário se consolida, primeiramente, retomaremos à teórica clássica da soberania, constituída, fundamentalmente, por um direito

de vida e de morte. Quando falamos que o soberano detém o direito de vida e de morte, significa, no fundo, dizer que a vida e a morte não são fatos naturais localizados fora do campo político. Daí, apresenta-se um paradoxo teórico que se alimenta através um desequilíbrio prático. Isto é, o tutano do direito explicitado transpareceria como a morte: o poder soberano só é exercido a partir do momento em que lhe é permitido matar, assim, constituindo seu poder sobre a vida, que traduz-se, de forma ligeira, pelo o direito de *fazer morrer ou de deixar viver* (FOUCAULT, 2005, p. 285-287). Em síntese, a lógica da soberania exhibe-se como a governança enquanto organização de técnicas de poder e constituição de sujeitos que marca a passagem do feudalismo para o chamado capitalismo mercantil (COCCO; CAVA, 2018, p. 24).

Porém, já nos séculos XVII e XVIII, podemos detectar técnicas de poder que se centram no corpo individual e marcam toda a primeira fase de acumulação capitalista. A crise do modelo clássico de soberania pode ser observada na medida em que existe a substituição de rituais mortíferos por um poder disciplinar voltado para a vida individual dos sujeitos sobre a qual recai, transparecendo, em suma, como técnica, para aumentar a força útil dos corpos, e procedimento, através dos quais é assegurada a distribuição espacial dos mesmos (ESPOSITO, 2010, p. 49). Dessa maneira, a disciplina rege a multiplicidade que abrange homens e mulheres desconformes através de dispositivos que regulam diversas práticas, assim, tal pluralidade expressa um conjunto de corpos individuais que são treinados e, eventualmente, punidos. Tratamos de uma abrupta transfiguração no direito político do século XIX a partir da implementação de um novo direito – fazer viver e deixar morrer – que contempla e modifica o ancião direito de soberania com novas estratégias, na medida em que passa a existir um remanejamento do corpo social que se interliga, intimamente, ao capitalismo industrial e ao mercado em escala global. (FOUCAULT, 2008, 142-143).

Porém, o centro da questão é a implementação de uma novíssima tecnologia que se consolida, após a Segunda Guerra Mundial, devido à estruturação de um insólito tipo de sociedade. Falamos do surgimento da chamada sociedade de segurança, ou, segundo Gilles Deleuze, a chamada sociedade de controle (DELEUZE, 2013, p. 233), que desenvolve-se nos últimos tempos da modernidade e consolida-se na chamada pós-modernidade,

articulando-se através de dispositivos democráticos, distribuídos nos corpos e mentes dos sujeitos, atuando de forma horizontal nos indivíduos (HARDT; NEGRI, 2001, p. 42). Novamente, não substitui as técnicas anteriores, mas utiliza-as implementando-se nas estruturas anteriormente concebidas. Logo, não sobrepõe-se a tecnologia disciplinar, visto que emerge como de outro nível, mas vem a integrá-la e a modela, enquanto é sustentada por mecanismos inteiramente descoincidentes. Isto é, tratamos de uma metamorfose entre as formas de poder. A nova técnica não se dirige ao homem-corpo, mas ao homem-espécie. Ela trabalha, também, percebendo o indivíduo humano como múltiplo, porém, de forma diferenciada, visto que não contempla apenas de corpos individuais, mas, sim, estende-se até uma massa global afetada por processos que são próprios da vida (FOUCAULT, 2005, p. 288-289). Dessa forma, passa a ser possível a descrição de uma *biopolítica* da espécie humana.

Vale ressaltar que a locução “biopolítica” surge como, em grande medida, enigmática. Dessa maneira, o termo, que oferece os fundamentos do trabalho por vir, apesar de sua notável relevância histórica, não é atravessado por clareza categorial – justamente o contrário. Michael Foucault, em meados dos anos setenta, ao forjar uma nova concepção de biopolítica, assume uma distância significativa em relação às teorizações que o precedem. Por conseguinte, o conceito passa a ser utilizado para iluminar formas de governo que recaem sobre as vidas, dessa maneira, trata-se, a partir desse ponto, de uma nova perspectiva que expressa a maneira através da qual a vida encontra-se em um cenário marcado pela gestão, enquanto submetida à uma administração de corpos (FOUCAULT, 2017, p.145-174). Sobre a noção de biopoder, Foucault expressa:

Essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Trata-se, portanto, de compreender como discursos disciplinares afetam o corpo. Ou seja, aborda-se como discursos modelam a sexualidade, a saúde, o envelhecimento, enfim, todas as dinâmicas corporais, a fim de consolidar normatividades que produzem uma compactação das possíveis experiências que expandem as possibilidades de existência. Busca-se expressar a não autonomia do biológico enquanto produtor de normatividades, visto que o biológico encontra-se submerso em uma problemática política (SAFATLE, 2018, p. 284-285). Dessa maneira, é a partir da genealogia nietzschiana e do evolucionismo darwiniano que Foucault descreve a vida humana, nas suas instâncias mais estreitas, enquanto atravessada e alterada pela história, reconhecendo, assim, na concepção forjada de vida, drásticos desvios historicamente constituídos (ESPOSITO, 2010, p. 51-53). Os acidentes históricos, em grande medida, determinam a evolução das espécies e, portanto, contrapor o paradigma histórico e o paradigma natural transparece como um erro. A reviravolta se dá a partir de uma desconstrução epistemológica que recai sobre a noção de vida e produz uma noção biopolítica. Em síntese, é através de uma concepção de *bio-história* que torna-se possível compreender como o movimento da vida e os processos da história se interferem mutuamente e modificam, de forma drástica, aquilo que denominamos de humano (FOUCAULT, 2017, p. 152-155).

Em suma, quando abordamos essa última tecnologia, essa biopolítica, falamos daquilo que transporta a vida para um campo de cálculo, na medida em que é submetida a um poder, que interfere suas instâncias mais fundamentais, e perpetua-se atuando de maneira desigual e móvel (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 203). Daí, contemplamos um personagem inédito na história das técnicas de poder: a noção de “população” que é afirmada, não por uma definição antropológica e normativa, mas, mais especificamente, a partir daquilo que designa o biológico e o estatístico-econômico, isto é, traduz um grupo penetrável pelos efeitos do poder e, por isso, de formação histórica e mutável. Ou seja, a modificação do ambiente estrutura o biológico que incide sobre uma população, constituída por relações sociais e econômicas, que transparece como *espécie* (BAZZICALUPO, 2017, p. 58).

Logo, diferentemente da prática disciplinar que lidava, resumidamente, com o sujeito e seu corpo, a nova técnica abrange aquilo que poderia ser descrito

como um corpo múltiplo, dirigindo-se aos fenômenos aleatórios que emergem de uma população. Portanto, é observado que os mecanismos que essa biopolítica implementa têm funções díspares quando comparadas às funções dos mecanismos disciplinares. A biopolítica trabalha com estatísticas globais, dessarte, não interfere em tal indivíduo, enquanto indivíduo, mas naquilo que um fenômeno tem de fator global. Tratamos de uma técnica que leva em conta os processos biológicos do homem-espécie, buscando moderar as adversidades que surgem de uma massa viva. A regulamentação é concretizada mediante mecanismos globais que buscam o controle sobre as massas e, assim, objetivam consolidar estados globais de equilíbrio (FOUCAULT, 2005, p. 292-294).

Trata-se, cada vez menos, do direito de fazer morrer, isto é, cada vez mais, se sobressai o direito de intervenção para impulsionar a vida, mas, também, regulamentar a maneira através da qual o sujeito vive. Para tanto, essa nova tecnologia não atua apenas através da repressão, falamos em uma regulação que trabalha a partir da realidade como ela é, portanto, concretiza-se, também, através de técnicas de subjetivação que ativam na medida em que a proporcionalidade exige (AMARAL, 2018, p. 522-525). Dessa maneira, a análise biopolítica foca-se no exercício de poder que constitui dispositivos jurídicos e morais, que conduzem a ação normativa social sobre a vida, conforme o cenário disciplinar ou de segurança. A vida não é exibida como uma extensão do exercício do poder, ou até mesmo, sua variação, mas condiciona e é condicionada por aquilo que a regula. Em vista disso, o poder emerge como flexionado a partir de uma dinâmica instável que subjetiva os contextos e práticas (BAZZICALUPO, 2017, p. 45).

Para mais, quando falamos em “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, 143-144) expressamos as diversas formas através das quais os vivos serão conduzidos, isto é, serão governados. Ou seja, governar é dirigir condutas através de técnicas e procedimentos de poder, que são verificados nos mais variados níveis que constituem a sociedade. Contudo, vale dizer, que o termo governamentalidade, nesse cenário, não contempla o sentido tradicional da palavra. Isto é, não se trata, simplesmente, das diversas atividades que governam outros homens, mas, também, de uma nova faceta que introduz a ideia de um “autogoverno”. Ou seja, haveria um aprimoramento da concepção a partir da aproximação e interligação entre técnicas de dominação que recaem

sobre o outro e técnicas de autogoverno que recaem sobre si (FOUCAULT, 2008). Assim sendo, a noção de governo não seria derivada de uma formação puramente histórica, mas, sim, surgiria a partir da observação das relações de poder que, de forma consistente, recaem sobre aquele que governa, assim como recaem sobre aquele que é governado. Portanto, a ideia de “razão governamental” surge como essencial, visto que sinaliza os tipos de racionalidade através das quais os procedimentos serão constituídos e dirigidos para que sejam conduzidas tais condutas. É assim que o neoliberalismo transparece, como uma racionalidade, mais especificamente, a razão do capitalismo contemporâneo. Desse modo, o poder, que se relaciona visceralmente com a vida dos sujeitos, demonstra-se como submetido a um modelo econômico. Quando a pressão entre as necessidades biológicas e as vicissitudes humanas diminui, entre a vida e sua qualificação surge uma brecha, através da qual, com saberes e disciplinas instrumentais, a biopolítica se afirma. No estágio atual do capitalismo, o que observamos é um deslocamento dos regimes disciplinares e de controle o qual é explicitado na medida em que passa a existir uma análise das novas formas de produção de subjetividades, visualizando-as enquanto maleáveis, visto que são afetadas por fluxos contínuos derivados de uma forma-mercadoria (SATAFLE, 2018, p. 136). Revela-se como flagrante o nexos entre o biopoder e o capitalismo contemporâneo, visto que o sistema hegemônico perpetua-se com a superação da sobrevivência e a busca dos acúmulos de riquezas (BAZZICALUPO, 2017, p. 44).

Também, quando observamos a questão do exercício de poder enquanto prática de governo, é necessário incluir um elemento essencial: a liberdade. O poder apenas exerce-se em sujeitos, individuais ou coletivos, enquanto livres, isto é, inseridos em contextos constituídos pela possibilidade. Ou seja, como a liberdade é condição para o exercício do poder, ao mesmo tempo em que o poder sobre ela é exercido, tal relação concretiza-se, de forma desvolta, através de uma luta, basicamente, uma incitação recíproca (RABINO; DREYFUS, 1995, p. 244-245). Como observa Wendy Brown, o sujeito enquanto tomado pelo capital acaba se submetendo à determinadas “ordens”. Isto é, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo explora ideias de liberdade e autonomia, ele, sorrateiramente, as esvazia, na medida em que elimina benefícios de seguridade social e determinados bens públicos. “Enquanto o neoliberalismo

busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação [...] ele envolve esses mesmos em toda esfera [...] neoliberalizada da qual participam” (BROWN, 2018, p. 8).

Isto posto, quando abordamos esse processo estratégico, mais especificamente, essa “estratégia sem sujeito”, uma dimensão que se traduz na maneira pela qual a concorrência se institui como nova norma mundial a partir da conexão entre forças sociais e condições econômicas, sem que existam sujeitos responsáveis pela condução de tais conexões, abordamos também e, principalmente, a subjetividade humana. O poder produz-se e sustenta-se a cada instante, em cada detalhe. Os sujeitos não são exibidos como meras peças afetadas pelo poder, mas, também, revelam-se como elementos passíveis de exercê-lo, como se fossem centros ativos de transmissão em um estado de exposição e potência, que afetam e são afetados. Assim, para que seja possível interligar a biopolítica à governamentalidade, é necessário ressignificar a norma que, nessa dinâmica conjuntura, surge como imanente à própria vida (BAZZICALUPO, 2017, p. 46-61).

O poder já não se concentra num determinado ponto do mundo, ele é o próprio mundo, os seus fluxos e as suas avenidas, as suas pessoas e as suas normas, os seus códigos e as suas tecnologias. O poder é a própria organização da metrópole. É a impecável totalidade do mundo da mercadoria em cada um dos seus pontos (COMITÊ INVISÍVEL, 2013, 155).

Sendo assim, é através de uma luta ideológica, sustentada a partir de uma rígida crítica aos estados de bem-estar social, combinada com a ampliação dos sistemas de disciplina, obrigando os indivíduos a se reconhecerem em um local permanente de competição, que uma nova racionalidade geral foi estabelecida. (DARDOT; LAVAL, 2016, 192-193). A competição generalizada torna-se a norma hegemônica de conduta, à medida que o indivíduo percebe-se como uma empresa, visto que a empresa surge como um novíssimo modelo de subjetivação. (FOUCAULT, 2008, p. 154). Portanto, a nova governamentalidade teria suas bases forjadas a partir da forma-empresa de socialização, conjugada com a constituição de uma nova figura de subjetividade: o *homo economicus*,

isto é, o empreendedor de si, que organiza sua vida com base em ideias de concorrência e eficiência. Como explicitado, assinala-se uma forma de governo que produz um certo tipo de liberdade que está submetida ao cenário de generalização econômica. Logo, os próprios agentes conduzem a economia de uma forma globalmente mais eficiente, na medida em que estão submetidos à uma regulação mundial, isto é, constitui-se um intervencionismo descentralizado, que dentro da sociedade empresarializada, induz à uma maior produtividade. Em síntese, poderíamos expressar que a economia passa a ser o fundamento dessa inédita tendência, pois é a base dos dispositivos que orientam condutas e controlam a população – a biopolítica (COCCO; CAVA, 2018, p. 40).

[...] enquanto a racionalidade neoliberal refaz o sujeito humano como partícula do capital, há uma passagem, da crua abordagem anterior do ser humano como maximizador de interesses, para a formulação do sujeito ao mesmo tempo como membro de uma empresa e como sendo ele mesmo uma empresa – apropriadamente conduzido, em ambos os casos, por estratégias de “governança” aplicáveis a empresas (BROWN, 2018, p. 7).

Dessa forma, quando abordamos as políticas efetivadas em um nível global, constatamos que existe a elaboração e implementação geral de uma nova lógica normativa. Poderíamos descrever uma “grande virada” (DARDOT; LAVAL, 2016) que revela uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e financeirização do capitalismo. Com Margaret Thatcher e Ronald Reagan, em meados dos anos 1980, políticas que buscaram superar as sobretaxas, diminuir a força dos sindicatos e livrar-se daquilo que era descrito como excessiva regulamentação, transparecem como uma resposta política à crise do regime “fordista” de acumulação do capital, na medida em que esforçam-se para extinguir o “welferismo” da social-democracia. Em suma, tratamos de uma nova orientação, baseada na liberdade dos atores privados, que engloba dispositivos e mecanismos econômicos, assemelhando-se à de diversos governos. Tais políticas poderiam ser justificadas de acordo com a conjuntura histórica estabelecida, porém, o que constatamos é que a continuidade dessas orientações se perpetua durante décadas, revelando a alteração radical do modo de exercício do poder governamental, visto que existe

uma incorporação e reorientação das políticas e comportamentos em uma direção específica.

Por isto, a ideia de tais políticas revelava apenas uma grande mudança no modo de regulação pós-fordista, ou ainda, um deslocamento da formação capitalista, indicando a entrada na “pós-modernidade”, é substituída pela explicitação do exercício governamental. Vale lembrar, que Foucault demonstra um senso de precisão exacerbado, visto que ministra as aulas contempladas com o título “Nascimento da biopolítica”, no Collège de France, entre o final de 1978 e o começo de 1979, coincidindo com a posse de Margaret Thatcher, como primeira-ministra do Reino Unido, em 1979, e a eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA, em 1980 (COCCO; CAVA, 2018, p. 15-16). Enfim, essa diretriz, que é sustentada por grandes organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, implementada de forma geral, revela a submissão a um *sistema disciplinar mundial*. Como foi dito, tratamos de uma reorganização do capitalismo sobre novas bases que se solidificam através políticas de finanças globais regidas pelo princípio da concorrência generalizada. Assim, constata-se que, entre 1930 e 1970, começam a serem implementadas uma série de experimentações que visavam a desregulamentação da econômica e a privatização de empresas. Já, no final dos anos 1980, a nova norma neoliberal estabelece a concorrência como regra suprema e universal de governo. Ou seja, o sistema financeiro se transfigura. Não se trata mais, como era anteriormente, de normas que visam a proteção dos efeitos que emergem da concorrência, visto que, a partir dos anos 1980, as normas visam regulamentar a concorrência em geral entre os atores financeiros em uma escala global (DARDOT; LAVAL, 2016, 190-205).

Portanto, de forma mais delimitada, quando abordamos exclusivamente Estados democráticos contemporâneos, segundo Boaventura de Sousa Santos, é possível observar um transcurso global de desorganização e reorganização, que anuncia de forma tangível e resumida alguns pontos explicitados, na medida em que é visível a espoliação de determinadas características fundantes desses Estados como, por exemplo, as funções de confiança, legitimidade e acumulação. Em suma, os chamados neoliberais concretizaram esse processo por meio da implementação, dentro do subconsciente coletivo, da ideia de que são necessárias e improrrogáveis algumas transições. Poderíamos apontar que

algumas dessas transfigurações transparecem como, primeiramente, mudanças na forma através da qual a responsabilidade é entendida pelos sujeitos. Isto é, a necessidade de uma responsabilidade coletiva transforma-se em uma demanda por responsabilidade individual, ou seja, em síntese, paira no imaginário coletivo a ideia de que o sucesso na vida acompanha quem toma as decisões corretas. Nessa mesma linha, começa a contornar e entranhar-se no imaginário comum, a noção de que o Estado tem sido generoso demais e deveria responsabilizar-se minimamente pelos cidadãos. Também, as ações dos Estados deveriam basear-se no crédito e não mais na tributação, resultando, assim, na compactação e definhamento do Estado. Dessa maneira, observa-se a substituição da primazia do Estado para a primazia do mercado, respaldando constantemente a ideia de um Estado ineficiente, hostil e limitador. Por último, a substituição gradual da percepção que contempla a larga importância dos bens públicos, como educação e saúde, e interesses estratégicos, como correios e telecomunicações, para uma noção de que a intervenção do Estado em áreas rentáveis seria ilegítima e afrontosa frente aos setores privados (BOAVENTURA, 2016, p. 175-176).

Ou seja, o que é possível observar, a partir da descrição anterior, ao contrário do que poderíamos deduzir, é que a crescente insegurança social, derivada de uma nova etapa na qual é uma realidade a desregulamentação do trabalho, constituiria, de forma imediata, insurreições, o que observamos é, na verdade, uma internalização do ideal imposto, através de um “consentimento moral”, inclusive e principalmente, pelas classes ditas subalternas, através da produção, do anteriormente descrito, “ideal empresarial de si”, que apresenta-se, portanto, como resultado psíquico da estratégia neoliberal para perpetuar o novo modo de governo. Isto é, graças à generalização desse ideal, o medo frente a atual insegurança social transparece como “covardia moral” Assim, a nova governabilidade neoliberal constitui-se, também, a partir do manejo e circulação de afetos (SATAFLE, 2018, p. 140).

Enfim, observamos que a biopolítica passa a configurar economicamente as dinâmicas dos sujeitos e dos Estados, assumindo, assim, um viés “bioeconômico” (BAZZICALUPO, 2017, p. 82). A matriz econômica torna-se princípio geral que pauta a sociedade aplicando-se em fenômenos considerados econômicos e não econômicos – em todas as esferas da vida. Distinguimos,

dessa maneira, um novíssimo tipo de regulação das práticas de governo, mais especificamente, a instauração de um radical governo econômico que afeta todas as instâncias da existência humana de forma generalizada, não apenas através de uma imposição superior, mas, sim, com pitadas de descentralização, através de um poder que se alastra, confundindo-se no tecido das relações sociais.

3. VIDAS PRECÁRIAS COMO POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA

Contatamos que os processos que formam a subjetividade humana estão englobados nas esferas de influência de determinados poderes, assim, o poder produz e reforma constantemente determinadas características que determinam os sujeitos, constituindo, ininterruptamente subjetivações e, conseqüentemente, existências. Pois bem, observa-se uma abrupta dificuldade na produção de inovadoras lutas políticas que resistam aos novíssimos dispositivos que circundam os indivíduos, visto que esses, também, constituem os sujeitos. Portanto, se o poder, em grande medida, constitui a vida, então a vida é dotada de poder. Ou seja, poderíamos detectar na vida, corpos, afetos e vulnerabilidades, espaços dotados de capacidade que permitem a composição de resistências que fazem frente às técnicas de dominação. Dessa forma, verificamos a constituição de cisões que permitem o contorno das estratégias que neutralizam as potências de transformação que emergem dos sujeitos.

A filósofa Judith Butler, considerada de uma linhagem pós-foucaultiana, atenta, principalmente, a trabalhar as chamadas “vidas vulneráveis” que estão emersas na dinâmica biopolítica. De forma geral, como a biopolítica traduz os poderes que organizam a vida, perpetua-se, nessa conjuntura, a administração da condição precária a partir de uma diferencial valorização de vidas, definindo-se, assim, as existências consideradas “não passíveis de luto”. Falamos de um sistema que induz, constantemente, a condição precária. Isto é, injeta, de maneira diferenciada, em determinados grupos, diversas violências. Ou seja, não expressamos uma condição universal, mas, sim, a situação de variados indivíduos que são diferencialmente expostos à hostilidade, sem proteção ou reparação adequada. Basicamente, é descrita uma condição politicamente

induzida que produz a ruptura de essenciais redes sociais de apoio, resultando, dessa forma, na exposição de determinados sujeitos à constante violência (BUTLER, 2017, p. 46).

Butler, em seus últimos trabalhos, passa a se preocupar, de forma mais pontual, com a forma através da qual as populações consideradas descartáveis são forjadas por potência de transformação política, em suma, como a precariedade, que se revela como uma condição universal dos viventes, traduzindo-se como a inter-relação essencial com o Outro, transparece como premissa para a constituição de forças de transformação. Em síntese, falar em precariedade é falar da vida social. Não estaríamos expostos somente àqueles que conhecemos, mas, também, às pessoas que desconhecemos totalmente. Tratamos de uma relação que, muitas vezes, não depende de nenhum tipo de consentimento e caracteriza-se por uma indefensibilidade. Dessa maneira, tal conceito expressa uma relação de vulnerabilidade, visto que entre os sujeitos existe uma inevitável dependência e mútua relação de afeto. Tal relação indeclinável seria o núcleo central da constituição de alianças e formas transnacionais de alianças, visto que manifesta-se como aquilo que, em últimas instâncias, conecta sujeitos que, muitas vezes, percebem-se como antagônicos e incompatíveis, permitindo, assim, que em variadas frentes surjam resistências (BUTLER, 2018, p. 106).

Dessa maneira, a autora crítica de maneira contundente o conceito de “vida nua” forjado, em meados de 1995, por Giorgio Agamben. Em síntese, a partir do conceito de “Homo Sacer”, Agamben, que, definitivamente, não percorre de forma integralizada os caminhos descritos por Foucault, buscou ruminar as tradicionais categorias políticas, interligando-as aos conceitos de “poder soberano” e “vida nua”. É a partir do entrelaçamento e redefinição de conceitos clássicos gregos que o autor buscou descrever técnicas políticas e formas de subjetivação que implicam em uma análise da relação entre biopolítica e soberania (CASTRO, 2013, p. 58-60). A “vida nua” seria a vida natural submetida às relações políticas de soberania, ela é o resultado da captura da vida biológica por aquilo que poderíamos chamar de “dispositivos soberanos” (AGAMBEN, 2002, p. 186-194). Em síntese, a vida do *Homo Sacer*, a vida nua, ingressa em zonas de indistinção, na medida em que se relaciona com o poder soberano, assim, é definido pela exclusão inclusiva derivada a partir da dinâmica

estabelecida. Tratamos de vidas que, segundo essa perspectiva, seriam abandonadas e constituíram-se pela exceção que é transmutada, quando a regra é suspensa, concretizando uma novíssima norma e, dessa forma, abriam-se espaços para fundação de zonas de indiferença (AGAMBEN, 2002, p. 16-26).

Porém, dentro da linha que o trabalho vem percorrendo, não poderíamos afirmar que aqueles que são definidos como “desamparados” estão fora da esfera política, sob pena de reduzi-los a formas de existência supostamente despolitizadas. Segundo Butler, Agamben teria derivado sua concepção de “vida nua” da ideia clássica de *polis* observada na filosofia política de Hannah Arendt. Contudo, Arendt desconsidera, constantemente, formas de ação política que emergem em locais pré-políticos, visto que adota o ponto de vista interno da *polis* grega para definir o que a política deveria ser, quem deveria frequentar os espaços públicos, assim como indica quem deveria permanecer nos ambientes privados (ARENDR, 2007). Ou seja, a atuação e a resistência dos sujeitos “descartáveis” não poderiam ser contempladas por concepções que derivem de ideias clássicas da *polis*, visto que existem pessoas expostas à profunda violência, sem proteções políticas, e esses não se encontram, em absoluto, fora da política, muito menos privados de qualquer possibilidade de atuação. Em síntese, observa-se o mesmo erro, na medida em que o autor não coloca a exclusão como uma parte constituinte da condição política. Posteriormente, ao trabalhar a “biopolítica da governamentalidade”, isto é, ao recorrer à Michael Foucault para formular uma segunda concepção biopolítica, poderíamos observar um novo momento na filosofia de Agamben (CASTRO, 2013, p. 136-137), entretanto, a tese de uma “vida nua” permanece similar. Em suma, estar excluído das estruturas políticas estabelecidas ainda é estar sufocado pelas relações de poder, visto que as vidas “enlutáveis” estariam totalmente submetidas à uma dinâmica biopolítica. Portanto, ser um sujeito sem qualquer direito não exclui o sujeito da política, muito pelo contrário, tratamos de uma condição em que se encontra o sujeito subjugado, no qual é induzido largos níveis de violência, o qual caracteriza-se, também, demasiadamente, por potência de ação e transformação a partir da descrita precariedade (BUTLER, 2018, p. 88-89).

Em um sentido similar, quando Boaventura de Sousa Santos aborda a questão concernente aos domínios considerados não políticos, o autor trabalha as diversas formas de sociabilidade não sujeitas ao controle democrático, visto que se encontram fora daquilo que a teoria política liberal indica como o campo do sistema político. Ou seja, segundo a teoria política liberal, determinadas sociabilidades estariam fora daquilo que é indicado como campo constituído pelo poder e, conseqüentemente, excluídos do ambiente no qual as lutas pelo poder teoricamente se concretizariam. Dessa maneira, segundo o autor, as chamadas democracias representativas, legitimariam e conviveriam com o “fascismo social”, visto que, no sentido convencional da palavra, a ideia de fascismo não encontra respaldo para sua fundamentação dentro de um ambiente democrático, permitindo, assim, sua exponencial expansão. Isto é, diferentemente do fascismo político, um regime político, ditatorial, nacionalista, xenófobo, o fascismo social seria efetivado, fundamentalmente, por uma existência que se materializa no nível das relações sociais, expressando, dessa forma, a insuficiência de determinadas teorias que não abrangem a constituição de subjetividades e as relações entre pessoas, na esfera privada, enquanto cenários políticos (BOAVENTURA, 2016, p.132-136).

Em síntese, falamos em sociedades socialmente fascistas, ou seja, sociedades nas quais as relações de poder, que agem de forma desigual, em vultosos contextos políticos e sociais, permitem que determinados indivíduos, ou até mesmo grupos, exerçam um tipo de controle sobre a vida de alguns subjugados fazendo com que esses tenham abruptas dificuldades em reivindicar proteção. Como a maior parte da vida dos indivíduos ocorre em domínios que são considerados não políticos, existem formas de sociabilidade que não estão sujeitas ao controle democrático e, na medida em que sobre eles recai o fascismo social, observam-se cenários marcados por uma democracia representativa recheada de despotismo. Com o avanço do neoliberalismo e, conseqüentemente, a espoliação de políticas sociais e o aumento da desregulação da economia, observa-se, também, um aumento exponencial do fascismo social que se perpetua, de forma diferenciada, tanto no Norte, quanto no Sul Global.

Para mais, quando trabalhamos a questão do neoliberalismo enquanto produtor de vidas precárias, falamos, também, de um “dispositivo de guerra”

contra a interdependência. Isto é, como verificamos, a inter-relação necessária com o Outro surge como uma verdade existencial. Contudo, passa a existir uma pressão, dentro de uma sociedade neoliberal, induzida através de ideias como as de “empresários de si”, para que os indivíduos tornem-se totalmente autossuficientes de uma maneira que a condição existencial dos sujeitos simplesmente não permite (BUTLER, 2018, p. 76). Nesse mesmo sentido, Brown, expressa: “indivíduos responsabilizados são obrigados a sustentar a si mesmos, num contexto em que poderes e contingências limitam radicalmente sua habilidade de fazê-lo” (BROWN, 2018, p. 41). Seríamos responsáveis por nós mesmos e, acima de tudo, responsáveis por sermos autossuficientes economicamente, ao mesmo tempo em que estamos estruturalmente, em grande medida, impedidos de concretizar tal demanda. Sujeitos transfiguram-se em plenamente responsáveis e culpabilizáveis não só por suas vidas, mas pelo funcionamento geral da nação. Conseqüentemente, por diversas vezes, durante o caminho, à medida em que serviços sociais são destruídos e a incapacidade da plena autossuficiência emerge, encontraremos as vidas consideradas “dispensáveis” pelo sistema, mais especificamente, encontraremos pessoas que foram incapazes de se transfigurarem no tipo de indivíduo que a racionalidade neoliberal previamente exigiu. Daí, por estar desprotegido e reconfigurado segundo o modelo empresarial, é dotado de responsabilidade, logo, no fracasso, é dispensado.

Dessa forma, observamos que a governamentalidade neoliberal se concretiza, em grande medida, na dinâmica existente entre o trabalho e a produção de subjetividades. Assim, quando abordamos com mais especificidade as questões concernentes ao trabalho, no estágio atual do capitalismo, observamos que trabalhar interliga-se, hoje, não tanto a ideia de produzir um produto, mas, sim, uma necessidade política de produzir a si próprio. Ou seja, falamos em uma “mobilização” psíquica e física, que traduz um deslocamento de si, através de, por exemplo, tentativas de aprimorar suas capacidades à medida em que se é submetido a técnicas de “desenvolvimento pessoal” para melhorar a performance no ambiente de trabalho. Logo, o que verificamos é uma “triagem”, fruto de um sistema de produção constituído por questões políticas, na qual as subjetividades são submetidas, gerando, assim, as descritas vidas “inadequadas”, na medida em que não se mobilizam conforme a norma

hegemônica (COMITÉ INVISIVEL, 2013, 48-50). Também, poderíamos interligar, em grande medida, a gestão do medo à questão do trabalho nas sociedades neoliberais. Isto é, o medo de não ser bem-sucedido enquanto sujeito econômico é latente na medida em que existe a circulação do discurso da “morte social” daqueles que se recusam a reconstruir-se psiquicamente conforme a nova racionalidade econômica (SAFATLE, 2018, p. 143-144). Dessa maneira, o cenário consolidado, a partir do desmantelamento das ideias de bem-estar, transparece como conjuntura perfeita para perpetuação de uma lógica contábil e financeira através da internalização de um ideal empresarial que perpetua a inadaptação ao novíssimo sistema de “risco” como covardia e infantilidade, visto que é incapaz de adaptar-se à uma conjuntura marcada por múltiplas possibilidades, assim, exhibe-se como incapaz de desenvolver-se como empreendedor de si, ou seja, impossibilitado de realizar-se.

Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia, raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delineia-se o rebaixamento socioeconômico [...] O medo de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo (ADORNO, 2015, p. 76).

De forma prática, a partir dessa reconfiguração, isto é, essa flexibilização neoliberal do trabalho, podemos observar diversas formas de sofrimento psíquico cada vez mais protuberantes nas sociedades. Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2009, quase 154 milhões de pessoas ao redor do mundo seriam impactadas pela depressão. Além disso, os casos de depressão, considerados como aqueles que mais estão conectados à esfera econômica, estariam crescendo de forma contundente (OMS, 2009, p. 25). Ou seja, a flexibilização através da internalização do ideal do “empresário de si” acompanha, inevitavelmente, grandes saldos patológicos, dessa maneira, poderíamos dizer que existe uma institucionalização da anomia social que surge como um modo de gestão do sofrimento social que propulsiona uma ideologia neoliberal na medida em que o sofrimento psíquico torna, pelo menos parcialmente, os sujeitos impossibilitados de ações que resistam às normas do atual capitalismo (SATAFLE, 2018, p. 214-215).

Portanto, tratamos de um cenário marcado abruptamente por uma situação biopolítica na qual transparece como fundamental e constante a precarização. Daí, poderíamos constatar um ciclo vicioso: quanto mais a pessoa procura tornar-se autossuficiente, mais irrompe com sua condição fundamental de precariedade. Quanto mais estruturas sociais são eliminadas, mais o sujeito é submetido à exigência de assumir uma série de responsabilidades individuais. Assim, observamos que tal conjuntura produz um mal-estar generalizado, visto que o cenário é baseado em exigências penosas tornando a vida, praticamente, insuportável (BUTLER, 2018, 20-22). Desse modo, a oposição política que produz resistência se dá a partir da condição de precariedade e contra a condição precária. As populações que são abandonadas interligam-se através de sua condição pura. Isto é, a vulnerabilidade que constitui os sujeitos representa não só uma condição de violabilidade, mas, também, uma condição de resposta, na medida em que possibilita a constituição de alianças precárias que opõem-se aos esquemas biopolíticos que destituem de importância determinadas vidas (BUTLER, 2018, p. 228).

Manifestações que surgem em massa ao redor de globo expressam de forma direta uma rejeição à condição precária induzida socialmente, mas, também, expressam uma recusa aos ataques constantes à condição de precariedade dos sujeitos. Assim, quando observamos as manifestações que surgiram nos últimos tempos, constatamos que o centro de tais reivindicações, normalmente, são demandas básicas que interligam-se a questão do corpo, visto que essas alianças precárias, nada mais são do que um grito pela possibilidade de viver uma vida mais vivível, isto é, fazem oposição à destruição de serviços públicos e à implementação de políticas que visam privatizações, ou seja, opõem-se às forças neoliberais que administram a vida cotidiana, na medida em que os corpos carentes, mobilizando vulnerabilidade, gritam, não necessariamente em palavras, mas através da expressão que anuncia as necessidades do corpo, “não somos descartáveis”, reivindicando proteção, alimento e abrigo, em síntese, existências minimamente qualificadas (BUTLER, 2018, 199-201).

4. O CICLO GLOBAL DE LUTAS COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Apesar das relações de poder serem constitutivas da sociedade, em grande medida, pois aqueles que são detentores do poder moldam-na conforme determinados interesses e princípios, exercendo-o pela coerção e violência, mas, também, aproveitando-se, até mesmo de forma irreflexiva, da constituição das mentes forjadas mediante induções imperceptíveis, os sujeitos, que são modelados por essas relações de poder, portanto, constituídos por elas, encontram-se, abarrotados de potência de transformação. Desta maneira, estão situados em sociedades contraditórias e em constante conflito, na medida em que os indivíduos desafiam aquilo que transparece como a base das instituições, buscando reinventar as conjunturas a partir de seus próprios interesses, ou seja, a partir de um contrapoder que se traduz como a capacidade dos autores sociais de desafiar a conjuntura estabelecida (CASTELLS, 2017, p. 20-24). Dessa maneira, observa-se uma dinâmica, constante, entre poder e contrapoder, conflito e barganha, na qual as relações de poder são estabelecidas e, eventualmente, alteradas pela modelação das redes de resistência ao redor do globo, mediante a utilização de mecanismos que detém os agentes sociais, possibilitando, assim, novas formas de organizar o corpo social.

É no ano de 2008 que a chamada crise do capitalismo global, uma crise do neoliberalismo como forma de governar as sociedades, emerge no cenário cabal. Estabelecida, de forma definitiva, a partir do colapso do sistema financeiro mundial, em grande medida, fruto da crise financeira que emerge no mercado de *subprimes* estadunidenses, a crise se espalha, nas mais diversas regiões do globo, causando diversas adversidades, visto que desestabiliza economias e arranjos políticos, inclusive, contribuindo para o avanço do autoritarismo em algumas regiões. Vale ressaltar, que os autores Dardot e Laval descrevem tal conjuntura como resultante de uma “nova razão do mundo”, isto é, como já foi explanado, falamos em um ambiente que surge como produto de diversos processos políticos, em diferentes governos, a partir de meados de 1980, que consolida um novo modo de governo que multiplica a concorrência, na medida em que expande uma racionalidade de mercado e generaliza a forma-empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). Portanto, pode-se dizer, com certa margem de acerto, que esse modo de governo neoliberal, que controla tanto a economia, quanto os sujeitos, na direção de uma generalização do mercado, em grande medida,

produziu o cenário adequado para a implementação de políticas que estimularam a emergência da crise. Dessa maneira, a instabilidade gerada pelas políticas neoliberais que, primeiramente, paralisa, mas, posteriormente, mobiliza, através da perpetuação de situação insuportável que marca a vida dos sujeitos, amplia a inquietação social, logo, molda as bases de determinados ambientes, transfigurando-os em cenários potenciais para o surgimento de insurreições que contestam a democracia liberal e as políticas de espoliação econômica que foram potencializadas a partir de 2008. (SAFATLE, 2017, p. 110).

Mais especificamente, com a consolidação da hegemonia neoliberal, a partir de 1980, observamos uma onda de mercantilização, insegurança econômica e aprofundamento da desigualdade, que são agravados, sobretudo, após a descrita crise da globalização, visto que as classes subalternas são expostas a uma versão ainda mais agressiva do neoliberalismo, na medida em que pagam pela crise com padrões de vida baixíssimos e rigorosos planos de austeridade, resultando, apesar do declínio da organização sindical em escala global, na sementeira das mobilizações em massa ao redor do mundo. Como verificamos, trata-se de uma tendência que, em grande medida, revela-se a partir de uma mudança na forma através da qual o trabalho é visto na nova era neoliberal. Dessa forma, passa a existir um aumento da descentralização nas negociações coletivas, resultando em contratos de trabalhos precários e individualizados, basicamente, um afastamento dos trabalhadores de uma proteção mínima trabalhista. Ou seja, a neoliberalização da economia, que produz a precarização do trabalho, resulta na intensificação das lutas sociais ao redor do globo na medida em que produz um processo de precarização das condições de existência (BRAGA, 2017, 22-29). Assim, apesar da distância existente entre os trabalhadores, nas mais diferentes regiões do mundo, a direção para qual se encaminha o fluxo das transformações em escala global fornece as bases para uma interligação entre os sujeitos. É através da vulnerabilidade que os expõe e permite, conseqüentemente, que sejam afetados, por exemplo, pelas diferentes formas de flexibilização do trabalho, que seus interesses convergem, possibilitando, assim, a constituição de contramovimentos em uma escala global, a partir de um processo de internacionalização da subversão.

Em meados de 2011, diversificados movimentos sociais emergem, acendendo a fagulha das rebeliões multifacetadas, primeiramente, no mundo Árabe, no qual foram, praticamente, aniquilados os movimentos através de uma violência exacerbada fruto de nauseantes ditaduras. Também, contra as medidas tomadas para controlar a crise econômica que tomava a Europa e os Estados Unidos, outras movimentações surgem na Espanha, Grécia, Grã-Bretanha, como, da mesma forma, em diversos outros países, sinalizando uma indignação contagiante que externa-se no mundo globalizado. Posteriormente, expressando a continuidade e vitalidade das novas formas através das quais são desenhados os movimentos sociais na contemporaneidade, observaremos, entre 2012 e 2014, uma série de manifestações, como as chamadas Jornadas de Junho no Brasil, o movimento de estudantes no Chile e as multidões turcas pela defesa do parque Gezi, em Istambul. Vale ressaltar: os movimentos que serão explicitados se encontram, muitas vezes, em contextos extremamente diferenciados (CASTELLS, 2017). Ou seja, diferentes culturas, níveis de desenvolvimentos, condições econômicas e políticas. Observamos, por exemplo, que nos países árabes as grandes revoltas têm como principal objetivo derrubar ditaduras, diferentemente dos Estados Unidos e Europa, ambientes nos quais, a crise financeira, que abalou o capitalismo global, ameaçando, inclusive, o colapso financeiro de alguns países, recaiu de forma mais abrupta, levando ao esvaziamento de políticas que buscavam proporcionar o Estado de bem-estar social. Também, quando descrevemos o Brasil, Turquia, Chile, enfatizamos locais que se encontram fora do enquadramento dos demais, visto que são países designados como subdesenvolvidos. Dessa maneira, o neoliberalismo terá diferentes atuações, dependendo do local no qual recai. Ou seja, diferentes regiões, caracterizadas por diferentes culturas, discursos e desenvolvimentos, serão receptoras de diferentes “formas” neoliberais, visto que, tal esquema expõe-se enquanto globalmente onipresente, contudo, desunificado (BROWN, 2018, p. 15).

Tal observação já adianta uma questão essencial: ao contrário do que poderia se presumir, que o surgimento de movimentos sociais acontece apenas em ambientes marcados por uma depressão financeira, aquilo que se observa é, justamente, indicações que apontam para algo distinto. De fato, como foi observado, a crise financeira interligou-se, direta ou indiretamente, à emersão

dos movimentos em escala mundial, através de um impacto desigual da crise, em diferentes sociedades. Porém, em várias instâncias, tratamos de ambientes nos quais, apesar de terem sido afetados pela crise global, a prosperidade econômica é notável (CAVA, 2013). Nessa mesma linha, Ruy Braga argumenta, através do entrelaçamento de uma abordagem comparativa entre contextos sociais, utilizando-se da teoria da acumulação por espoliação conjuntamente com a teoria do desenvolvimento desigual, que é possível conectar o global e o local a partir da análise das forças externas que atuam na globalização neoliberal. Assim sendo, o desenvolvimento desigual da crise da globalização produziria movimentos de resistência ao neoliberalismo distintos, todavia, que se interligariam entre si (RUY, 2017, p. 32-33). Portanto, no geral, os manifestantes interrogam, conscientemente ou inconscientemente, as diversas políticas implementadas, em várias instâncias, contestando, no fundo, o esgotamento da forma neoliberal de condução das sociedades, a nova governamentalidade, resultando em movimentos de indignação generalizados. Em suma, tratamos de um ciclo global de lutas que é estabelecido, apesar da notável diferença entre as conjunturas, a partir de características comuns que consolidam os fundamentos de uma novíssima tendência, forjando, assim, *redes de indignação e esperança* (CASTELLS, 2017) a partir de movimentos que se conectam e surgem de forma viral.

Na medida da contextualização e caracterização de tais movimentos que se constituem globalmente, primeiramente, podemos apontar alguns fatores em comum que aparecem como decisivos para o estabelecimento de tal orientação. De início, falamos em uma crise de legitimidade do sistema político, seja ele democrático ou ditatorial. Ou seja, diversas populações não se sentem mais representadas pelos sistemas políticos, e, assim, passa a existir uma desconfiança dos partidos políticos e a corrupção dentro do governo é pauta recorrente. Destarte, como os sujeitos não se sentem mais representados pelas instituições e buscam formas alternativas de expressão e reinvenção, tornando-se, tal aspecto, um potencial para mudanças sociais (CASTELLS, 2017, p. 170). Exclusivamente tratando de ambientes democráticos, através de uma crítica à teoria política liberal que se interliga às democracias representativas, podemos descrever aquilo que é designado como “patologia da participação”. Tal conceito expressa uma tensão entre representantes e representados, visto que a opinião

geral da população, em diversas situações, seria desrespeitada, dessa maneira, deixando evidente que as mediações institucionais são em grande medida, ornamentais. Dessa primeira patologia, observa-se uma possível transfiguração à medida em que, dentro desse um sistema democrático de representação, não teremos grandes mudanças quando representantes são modificados. Isto é, trata-se de um convencimento, por parte dos representados, de que os mecanismos de renovação oferecidos são, também, disfuncionais, gerando, assim, uma “patologia da participação” que resulta em grandes níveis de abstenções.

Vale ressaltar, novamente, que, muitas vezes, os prelúdios de tais patologias podem ser utilizados estrategicamente para desencorajar mobilizações sociais à medida em que, a partir delas, passa a existir uma demanda pelo aprofundamento e ampliação de processos “democráticos” – não mais revolucionários – que, em última instância, perpetuam o *status quo*. Assim, as descritas patologias só poderiam ser consideradas como características de um potencial cenário de transformação política se irromperem a relação tensionada entre poder e controle (BOAVENTURA, 2016, p.119). Nesse sentido, Vladimir Safatle, aponta a dificuldade, dentro de um contexto democrático liberal, de representações que abrangem a multiplicidade dos sujeitos. Por conseguinte, “a eclosão eleitoral é sempre mediada pelo peso institucional-econômico das forças sociais que organizam as condições de representação dos atores político” (SATAFLE, 2018, p. 68), em outras palavras, tratamos de forças que regulam em silêncio as condições de representação, como se houvesse uma zona na qual se controla aquilo que é definido como representável. Dessa forma, a partir dessa regulação, o que se observa é um apagamento da multiplicidade de sujeitos políticos existentes, conforme o sistema previamente exige. A crença de que fora dos mecanismos de representação existiriam apenas caos e desordem transparece como elemento fundamental para a concretização do apagamento de determinadas subjetivações, assim como, da mesma forma, exibe-se como determinante para o afunilamento das condições de possibilidade para a superação da dinâmica entre relações de poder que constituem uma democracia liberal.

Como observamos, ao trabalharmos com “democracias neoliberais”, falamos em sociedades nas quais tudo, em absoluto, encontra-se em uma

dinâmica de compra e venda. Daí, emerge como inevitável e necessária uma corrupção endêmica do sistema político, isto é, a democracia transfigurar-se-ia em instrumental enquanto submetida aos interesses de quem detém poder econômico. O resultado disso é a negligência do controle e prestação de contas por parte do Estado, tornando, assim, as democracias representativas extremamente vulneráveis aos diversos fenômenos de corrupção, resultando na descrença generalizada por parte dos governados (BOAVENTURA, 2016, p. 121). Para mais, observamos que a comunicação autônoma passa a ser um elemento fundamental na constituição das novíssimas indignações. A possibilidade de conexão entre os sujeitos, sem interferência de autoridades institucionais, é exacerbada. Tratamos de um cenário no qual a mídia tradicional é contornada, através de uma difusão das redes sociais, gerando, assim, a possibilidade de conexão entre diversos participantes, nos mais diferentes níveis. Dessa forma, descrevemos os chamados “movimentos net-ativistas”, visto que o alargamento da articulação social através das redes emerge como característica essencial para a existência de tais manifestações (DI FELICE, 2013, p. 49-71).

Dessa maneira, podemos verificar algumas questões que aparecem de forma recorrente nos novos movimentos sociais. Inicialmente, observa-se, como foi expresso, que os movimentos acabaram por se conectar em redes. Contudo, falamos de algo mais acentuado, isto é, a união que constitui conexões entre os sujeitos, unindo-os por valores e princípios comuns, forjando revoltas que se organizam a partir de novas tecnologias, permitindo, assim, práticas contínuas e expansivas. Além disso, como tratamos de redes que se interligam das mais diversas formas, não constataremos, necessariamente, um centro de controle identificável, mas sim, o inter-relacionamento entre variados núcleos, que expressa a ausência de uma liderança formal a partir de uma descentralização dentro de um cenário sem fronteiras definidas. Portanto, passa a existir uma proteção, muitas vezes, produzida espontaneamente, fruto da desconfiança que os sujeitos têm de qualquer delegação de poder que possa existir. Assim, pelo menos em ambientes não físicos, a falta de liderança produz, também, a ausência de alvos específicos, moldando uma camada protetora, visto que não existem centros de comando ou organizações verticais (CASTELLS, 2017, p. 194-195).

Pois bem, por mais que a maioria dos movimentos sociais contemporâneos comecem em redes sociais, observamos que, ocasionalmente, eles acabam por ocupar os espaços urbanos. Dessa forma, constata-se uma mescla entre os espaços digitais e as ruas, forjando, para Manuel Castells, um terceiro ambiente. É aquilo que o autor descreve como “espaço da autonomia”. Basicamente, é pela liberdade que os sujeitos detêm de se organizar, através de redes de comunicação, para a ocupação de espaços urbanos, que quando as ruas são tomadas, o terceiro espaço é produzido, formando, assim, uma nova forma espacial dos movimentos sociais, constituída, essencialmente, pela articulação livre que contempla a ocupação de cenários públicos (CASTELLS, 2017, p. 192-193). Ou seja, observa-se que os movimentos unem-se em uma dinâmica local-global, começam em contextos específicos, na maioria das vezes, fruto de acontecimentos espontâneos (SAFATLE, 2017, p. 110), desencadeados por um momento de indignação determinado que irrompe com os obstáculos socialmente estabelecidos, desembocando na ocupação dos espaços urbanos, como expressão de um descontentamento generalizado, e interligando-se intimamente ao contexto mundial a partir do estabelecimento de redes.

Vale dizer, para Butler, que as ações coletivas que unem corpos em espaços públicos forjam e reconfiguram as estruturas urbanas. Isto é, não se trata apenas de um suporte material para o acontecimento das manifestações públicas. Os corpos se reúnem e afetam o suporte material, na mesma medida em que o suporte material os afeta. Dessa forma, a congregação dos corpos, ou poderíamos dizer, as alianças precárias, em sua relação íntima com os mais diversos instrumentos de suporte, produzem locais entre os sujeitos (BUTLER, 2018, p. 80-84). Conseqüentemente, como tratamos de reuniões em massa que modificam espaços públicos em uma relação de mútua interferência, tratamos, também, de uma interferência na organização do poder. O corpo não transparece como algo passivo, visto que ele não só aparece nos espaços públicos, mas fala, e quando fala expressa sua condição de precariedade. Isto é, seria pelo entrelaçamento de corpos em massa em ambientes públicos a partir da interdependência essencial que os sujeitos detêm, que vem a se tornar possível afetar a própria organização que o poder impõe.

Por fim, outro aspecto relevante seria que, de forma geral, os movimentos, originalmente, seriam considerados não violentos, constituídos através de

pitadas de desobediência civil pacífica. Basicamente, surgiram movimentações que buscavam atuar a partir de táticas de ocupação do espaço público como forma de contestação das autoridades e organizações (CASTELLS, 2017, p. 196). A reivindicação da não violência, nesse contexto, foi fundamental para a constituição de movimentos que possam ser considerados enquanto constituídos de subversividades. Dessa maneira, se o sujeito é moldado a partir de normas e vínculos sociais, poderíamos dizer que o indivíduo, em grande instância, é uma determinação social. Dessa forma, são atribuídas aos sujeitos algumas categorias que o constituem de forma vertical. Entretanto, podemos ser formados, através da violência, por determinados regimes de poder, mas isso não significa que existirá a reprodução automática e constante dessas relações. Ou seja, a possibilidade da reivindicação ética que se interliga à não violência é encontrada, justamente, na constituição, em grande medida, violenta dos sujeitos. É pela imersão dos indivíduos na violência que a possibilidade da não violência existe, na medida em que existe uma fuga dos determinismos através de uma conflituosa tomada de posição enquanto tarefa ética, que se dá a partir da contestação do poder, fruto do reconhecimento da vida precária enquanto condição generalizável, que interliga, assim, todas as vidas, permitindo a oposição aos instrumentos que reproduzem violência e forjam os sujeitos e a sociedade (BUTLER, 2017, p. 233- 259).

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central interligar a chamada nova razão neoliberal ao surgimento de uma série de movimentos sociais que eclodem, em meados de 2011, na extensão da conjuntura global. Para tanto, o trabalho buscou, primeiramente, descrever os fundamentos do neoliberalismo, assim como, procurou descrever suas repercussões em escala mundial. Ou seja, foi através de uma abordagem do neoliberalismo enquanto tecnologia biopolítica que foram explicitadas as relações de poder que compõe a nova fase do capitalismo contemporâneo, dessa maneira, evidenciando uma nova tendência na qual, a configuração dos Estados e indivíduos assumiu um viés econômico,

visto que a economia se moldou como principal fundamento dos novos dispositivos que orientam condutas.

Posteriormente, utilizando-se, majoritariamente, do pensamento da filósofa Judith Butler, o objetivo da pesquisa se transfigura em apresentar uma condição existencial dos sujeitos – a precariedade – como uma potência de transformação política que possibilita a criação das chamadas “alianças precárias” que fazem frente ao novo modo de governo. Dessa maneira, foi a partir da descrição da chamada condição precária, que produz um mal-estar generalizado enquanto é injetada na sociedade, na medida em que os sistemas de proteção são desestabilizados, conjuntamente com a apresentação da condição de precariedade enquanto condição inevitável de interdependência do Outro, que o trabalho buscou apresentar a possibilidade de cisões que derivam da dinâmica estabelecida entre os dois conceitos. Em suma, explicitou-se que mobilizações estabelecer-se-iam, em última instância, a partir do entrelaçamento entre a descrita precariedade e a condição precária induzida socialmente.

Por fim, buscou-se demonstrar a existência de um ciclo global de lutas que surge no cenário mundial e representa uma breve contraposição ao novo sistema hegemônico de regulamentação. Isto é, buscou-se demonstrar a concretização de lutas, que anunciam possibilidades de transformação e fazem frente às novas técnicas que compactam existências, a partir da descrição de movimentos sociais que surgem enquanto produto de uma indignação latente que é derivada de políticas que compõe a nova estruturação das sociedades neoliberais. Ou seja, buscou-se, através da apresentação de características comuns e diferenciais entre as insurreições, demonstrar, de forma mais explícita, o surgimento de resistências que foram originadas através dos frutos derivados da condição precária neoliberal e concretizaram-se a partir de um aspecto existencial que se traduz enquanto a vulnerabilidade que emerge dos sujeitos.

Portanto, os protestos que surgem nesse período e constituíram o chamado ciclo global de lutas, são derivados de componentes de solidariedade que resistem dentro das sociedades neoliberais. Pelo espaço público e pela soberania popular, a população se posiciona nos espaços que são de todos. Logo, as movimentações que emergem nesse cenário apresentam um dinamismo próprio e características inéditas que fazem frente aos dispositivos de dominação, possibilitando o pensar, pelo menos brevemente, de originais

formas de existência que irromperiam com a nova lógica neoliberal que pauta a conjuntura global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THEODOR, Adorno. **Escritos de psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AMARAL, Augusto Jobim do. **Biopolítica e Biocapitalismo: implicações da violência do controle**. Veritas, Porto Alegre, v. 63, n 2, maio-ago. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2007.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica: um mapa conceitual**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)**. São Paulo: Annablume, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

COMITÊ INVISÍVEL. **A insurreição que vem.** Edições Baratas, 2013.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **Enigma do disforme: neoliberalismo e biopoder no Brasil global.** Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DI FELICE, Massimo. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas.** Revista MATRIZES. São Paulo, Volume 7, nº 02, Julho/Dezembro 2013.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RABINO, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço.** São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

Organização Mundial da Saúde. **Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários: uma perspectiva global.** Portugal, 2009. Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/publications/Integracao_saude_mental_cuidados_primarios.pdf. Consultado em: 18 de fevereiro de 2019.